

GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES

Resolução Nº 91/2001 de 12 de Julho

Considerando que a zona de jogo da Região Autónoma dos Açores foi criada pelo n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 422/89, de 2 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 10/95, de 19 de Janeiro;

Considerando que através do Decreto-Lei n.º 318/84, de 1 de Outubro, foram transferidas para a Região Autónoma dos Açores as competências do Governo da República para adjudicação da concessão da exploração de jogos de fortuna e azar, nos termos que vierem a ser estabelecidos pelos órgãos de governo próprio da Região, tendo em conta as condições específicas do seu território;

Considerando que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, pelo Decreto Legislativo Regional n.º 30/99/A, de 25 de Agosto, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/2000/A, de 20 de Maio, autorizou o Governo Regional a abrir concursos públicos para a concessão de jogos de fortuna e azar na Região Autónoma dos Açores;

Considerando a acessibilidade geral e progressiva dos cidadãos a outras formas de jogo com efeitos semelhantes, inclusivé proporcionada pela inovação tecnológica nas comunicações "internet";

Considerando que a legislação portuguesa, ao contrário de outras, é especialmente restritiva e cuidada no que se refere ao acesso das pessoas a determinadas salas de jogo;

Considerando que a exploração desses jogos é comum em todas as regiões de vocação turística do país e do estrangeiro, constituindo, também, um meio de desencorajar formas ilícitas e descontroladas de jogos de fortuna e azar aceites como existentes, e que, por isso, o seu impacto social inicial negativo é minimizado;

Considerando que a Secretaria Regional da Economia procedeu a uma ampla consulta sobre os impactos económicos e sociais, quer junto dos organismos empresariais, quer junto das autarquias locais, sendo unânime a concordância com o projecto, manifestando inclusivé algumas dessas entidades a opinião, que não foi contemplada, de alargamento a outras zonas e ilhas;

Considerando ser o Casino previsto uma estrutura com impacto na animação cultural, mercê da obrigatoriedade fixada no caderno de encargos relativa a programação de uma frequência de eventos;

Considerando tratar-se de um investimento privado mediante concessão pública, que não representa encargos financeiros directos para a administração pública regional;

Considerando a oportunidade evidenciada pela conjuntura económica favorável que se vive na Região;

Considerando que essa exploração de jogos nos Açores contribuirá para a sua valorização como destino turístico, representando uma oferta complementar face ao crescimento previsto dos fluxos turísticos para a Região nos próximos anos;

Considerando ser opinião das organizações representativas do empresariado verificar-se um prazo adequado e determinado para abertura do concurso que proporcione uma melhor preparação dos interessados;

Assim, tendo em conta o disposto no n.º 1 do artigo 1.º e no artigo 3.º do Decreto Legislativo Regional n.º 30/99/A, de 25 de Agosto, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/2000/A, de 20 de Maio, e nos termos das alíneas b) e z) do artigo 60.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o Governo Regional resolve o seguinte:

1. Abrir, em simultâneo, os concursos públicos para a concessão do exclusivo da exploração de jogos de fortuna ou azar na Região Autónoma dos Açores com as seguintes localizações:
 - a) Um casino na ilha de São Miguel;

- b) Máquinas de jogos e sala de jogo de bingo na ilha Terceira;
 - c) Máquinas de jogos e sala de jogo de bingo na ilha do Faial.
- 2. Os procedimentos relativos aos concursos a que se refere o número anterior, incluindo o respectivo anúncio, bem como as obrigações dos concessionários são regulados pelo Decreto Legislativo Regional n.º 30/99/A, de 25 de Agosto, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/2000/A, de 20 de Maio, ambos aprovados pelo Parlamento.
- 3. A presente resolução entra em vigor no dia 31 de Dezembro de 2001.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, Ponta Delgada, 29 de Junho de 2001. - O Presidente do Governo Regional, *Carlos Manuel Martins do Vale César*.